

Fórum debate governabilidade

Os deputados federais Plínio de Aruda Sampaio (PT-SP) e Nelson Jobim (PMDB-RS) e o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) declararam que farão oposição ao novo governo, o que não significa, entretanto, a disposição de inviabilizá-lo. Os três participaram ontem do último dia do Fórum Nacional (perspectivas do Brasil no próximo governo, na sede do BNDES, debatendo o tema A questão da governabilidade.

O senador Fernando Henrique Cardoso alertou para os riscos a que o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, está exposto, se governar com projetos de impacto sem se preocupar em discutir com o Congresso Nacional as mensagens do governo. "Não adianta fazer projeto pega-ladrão. Esses projetos não resolvem questões de fundo do país e não tornam autêntico o governo", afirmou.

Fernando Henrique acha que o caminho para a governabilidade é a "parlamentarização das decisões", isto é, a discussão dos projetos do governo no Congresso. Para o senador, se o governo Collor adotar o caminho da discussão com o Congresso, há espaço para

colaboração, "sem que isso signifique nos sentarmos às mesas ministeriais nem alinhamento automático".

O representante do PT disse que "a garantia da governabilidade é o exercício da oposição responsável". Para ele, o país só sai da ingovernabilidade "com uma oposição muito forte, incluindo Congresso, sindicato e os setores organizados". Plínio apontou como requisito fundamental para a governabilidade a harmonia entre o discurso do presidente eleito, as propostas de seus assessores, a expectativa dos eleitores e os apoios que conseguiu arregimentar em torno de sua candidatura. Isto, no entanto, não acontece com Collor de Mello, na opinião do deputado.

Usar o argumento da ingovernabilidade para cooptar a oposição não vai surtir efeito, na opinião do deputado Nelson Jobim, para quem "é preciso haver espaço para a oposição". Segundo ele, os partidos políticos "estão comprometidos com o país, e não com o governo". Caberá ao Poder Executivo dar o sinal verde para as negociações com o Legislativo, defendeu o deputado.